

**CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES E APOIO À DEMOCRACIA BRASILEIRA
ENTRE 1995 E 2018**
**TRUST IN INSTITUTIONS AND SUPPORT FOR BRAZILIAN DEMOCRACY
BETWEEN 1995 AND 2018**

Raimundo Filipe Alves de Jesus¹
 Warley Ferreira Silva²
 Bruno Mello Souza³

Recebido em 02/03/2021; aceito em 16/08/2021

DOI 10.36066/compes.v2i24.12726

Resumo: As instituições democráticas brasileiras sofrem com altos níveis de desconfiança, acarretados por indiferença política ou ineficiência institucional diante de demandas sociais, corrupção, fraude ou desrespeito de direitos de cidadania. Todos esses fatores influenciam diretamente o funcionamento e a qualidade da atual democracia brasileira. Levando isso em consideração, este artigo tem como objetivo verificar longitudinalmente a evolução da confiança nas instituições brasileiras e verificar o apoio à democracia entre 1995 e 2018.

Palavras-chave: Cultura política; democracia; confiança.

Abstract: Brazilian democratic institutions suffer from high levels of distrust, caused by political indifference or institutional inefficiency regarding social demands, fraud or disrespect of citizenship rights. All these factors directly influence the functioning and quality of current Brazilian democracy. Taking this into account, this paper aims at verifying longitudinally the evolution of trust in Brazilian institutions and the support for democracy between 1995 and 2018.

Keywords: Political culture; democracy; trust.

INTRODUÇÃO

A democracia é um regime que garante uma gama de benefícios e garantias. Segundo Robert Dahl (2001) a democracia tem vantagens em relação a qualquer alternativa viável, sendo elas: evita a tirania, garante direitos essenciais, liberdade geral, entre outras. Entretanto, ela parece enfrentar uma situação paradoxal no Brasil: apesar do apoio majoritário ao regime democrático, quase 2/3 dos brasileiros não confiam - em diferentes graus - em parlamentos, partidos, governos, tribunais de justiça, polícia e serviços de saúde e educação (MOISÉS, 2008). As instituições democráticas brasileiras sofrem com altos níveis de desconfiança, acarretados, neste caso, por indiferenças ou a ineficiência institucional diante de demandas sociais, corrupção, fraude ou desrespeito de direitos de cidadania (LEVI, 1998; MILLER e

¹ Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí. Bolsista PIBIC- UESPI. E-mail: raimundojesus88@gmail.com

² Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: warley15052000@gmail.com

³ Professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Piauí. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: brunosouza@cchl.uespi.br. Endereço institucional: Departamento de Licenciatura Plena em Ciências Sociais, UESPI Campus Torquato Neto. Rua João Cabral, Matinha, Teresina/PI. CEP: 64002-150

LISTHAUG, 1999; DALTON, 1999; TYLER, 1998 apud MOISÉS, 2005). Todos esses fatores influenciam diretamente o funcionamento e a qualidade da atual democracia brasileira.

O cenário democrático brasileiro sofre com particularidades culturais que afetam a percepção de tal qualidade democrática. Percepções enraizadas por um passado autoritário dificultam a inserção e participação política. Segundo Moisés (1995), os vícios políticos herdados do período autoritário ainda persistem com força na cultura política brasileira, configurando-se, como uma ameaça para a democracia no país. É possível observar como a democracia, mesmo não tendo um alto grau de satisfação desde o início de sua implantação, ainda possui a preferência normativa por parte da população. Diante de todos os aspectos expostos sobre a democracia contemporânea brasileira e o nível de confiança nas instituições, busca-se a resposta à seguinte questão: qual a evolução da confiança institucional democrática brasileira e qual o nível de aprovação do atual regime?

Este artigo tem como objetivo verificar longitudinalmente a evolução da confiança nas instituições brasileiras e verificar o apoio à democracia entre 1995 e 2018. O levantamento de dados foi realizado a partir da base do Latinobarômetro, através de variáveis referentes à confiança nas instituições brasileiras como congresso, igrejas, governo e poder judiciário, além do apoio à democracia. Todos esses dados serão utilizados com o objetivo de fornecer uma visão da democracia brasileira no decorrer dos anos e o quanto ela está sendo apoiada pela população, podendo propiciar futuras análises a respeito do tema referente. Tal análise é pertinente na medida em que considera tanto o aspecto temporal mais amplo, do processo de consolidação democrática, como atualiza os dados de modo a examinar o panorama dos últimos anos, marcados por fortes instabilidades no cenário político nacional, desde as manifestações de junho de 2013, passando pelo impeachment de Dilma Rousseff, e as recorrentes crises verificadas posteriormente, chegando até o ano de 2018, em que Jair Bolsonaro é eleito Presidente da República.

O artigo é estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na primeira, “Cultura política e qualidade da democracia”, busca-se descrever, a partir da revisão da bibliografia, as características da cultura política dos brasileiros e como esta influencia na qualidade da democracia brasileira no decorrer dos anos. Na segunda, “A confiança nas instituições brasileiras e apoio à democracia entre os anos 1995 e 2018”, serão analisados dados referentes às instituições e a respeito dos níveis de aprovação do atual regime. Na última seção,

“Conclusões”, são expostos os resultados obtidos das discussões impostas do artigo, indicando caminhos a serem explorados em pesquisas posteriores.

CULTURA POLÍTICA E QUALIDADE DA DEMOCRACIA

O estudo da cultura política vem a ser importante, pois trata-se das predisposições e orientações políticas estruturadas pela população, onde observa-se seus comportamentos e envolvimentos com assuntos políticos e participação com o próprio regime estabelecido. Sendo assim a cultura política importante para a qualidade da democracia, pois grande parte do funcionamento do regime não parte apenas das instituições, mas também dos aspectos provenientes da cultura política.

A cultura política define-se, em termos gerais, como sendo o processo pelo qual as orientações e as atitudes dos sujeitos se estruturam em relação ao sistema político e as suas instituições (ALMOND; VERBA, 1965). Tomando por base esse conceito, pode-se observar que a democracia necessita não apenas de um bom funcionamento das instituições, mas depende da forma com que os cidadãos participam da política e se envolvem com a mesma. Na obra “Comunidade e Democracia”, Robert Putnam destaca a forma como a história deixa sua marca, corporificando as instituições, moldando-as com as necessidades de cada contexto social, econômico e político, podendo interferir na formação da identidade, no exercício do poder e no planejamento estratégico da política.

A respeito da participação política da população, é importante ressaltar as classificações das orientações políticas dos sujeitos, sendo elas de três tipos: (a) cognitivas, (b) afetivas e (c) avaliativas. As orientações cognitivas são aquelas concernentes aos conhecimentos e às crenças dos indivíduos a respeito dos objetos políticos. As orientações de cunho afetivo remetem aos sentimentos de ligação e envolvimento que os agentes partilham em relação a tais objetos. Já as orientações avaliativas, por sua vez, são uma combinação dos dois tipos anteriores, desembocando em julgamentos e opiniões em relação à política (ALMOND; VERBA, 1965). Todas essas orientações influenciam a forma com que cada indivíduo participa e toma suas escolhas políticas. Segundo Almond e Verba (1965), quanto mais os indivíduos creem que a sua participação possui importância no cenário político, mais isso implicará nas predisposições sobre a política, com isso quanto maior a autoestima, mais os cidadãos apresentarão interesse e vontade de participar da política.

Para compreender melhor como a cultura política funciona, podemos ressaltar o que Almond e Verba (1965) elaboraram acerca deste conceito. Eles classificaram a cultura política

em três tipos que podem ser considerados como ideais, sendo eles: (1) paroquial, (2) sujeito e (3) participante. No primeiro tipo, os cidadãos apresentam pouco ou nenhum conhecimento em relação à política. No segundo, os indivíduos apresentam um conhecimento relativamente elaborado a respeito dos mecanismos de satisfação das suas demandas, ao passo que não possuem o mesmo nível de conhecimento e interesse sobre os instrumentos de encaminhamento delas, sujeitando-se ao poder instituído, entendido, assim, como soberano ou absoluto. O terceiro tipo relaciona-se aos casos em que os cidadãos compartilham uma cultura política na qual são dotados de conhecimentos, orientações afetivas e avaliativas em relação ao sistema como um todo, e adotam, com isso, posturas ativas pelo fato de possuírem um bom nível de eficácia política subjetiva (ALMOND; VERBA, 1965). Em relação a esta classificação, de acordo com os referidos autores, a cultura que obtiver um balanço entre esses três tipos, poderá ser classificada como uma cultura cívica.

A influência de determinados padrões culturais, usos e costumes no funcionamento das instituições políticas brasileiras foi destacada por diferentes autores, como Holanda (1966), Leal (2012), Faoro (1973) e Da Matta (1979). O Brasil possui características de predominância de costumes de um passado colonial, como o clientelismo e o patrimonialismo que parecem nos dias atuais apenas terem se modernizado. Todo esse histórico, segundo Moisés (1995), norteia a compreensão de que mesmo após 30 anos do retorno à democracia, ela ainda não surtiu os efeitos esperados no que se refere às novas gerações. Cabe ressaltar alguns autores que defendem tal perspectiva, tais como: Ribeiro (2007 apud BAQUERO, 2014), Baquero e González (2011 apud BAQUERO, 2014), e González (2014 apud BAQUERO, 2014). Estes autores convergem à análise de que o período democrático não teve um efeito nas novas gerações para o desenvolvimento de valores e atitudes mais favoráveis à democracia (BAQUERO, 2014).

Dentro dessa construção de cultura política e qualidade democrática, cabe demonstrar brevemente o que pensa o brasileiro sobre democracia e o que seria uma democracia de qualidade. É fato que, mesmo com todos os seus percalços, o regime democrático continua sendo o preferido entre os brasileiros (DATAFOLHA, 2020), porém isso não gera uma consolidação do regime, pois segundo Shin (2005), Linz e Stepan (1996):

Um regime só está consolidado quando uma forte maioria da opinião pública acredita que os procedimentos e as instituições democráticas constituem o modo mais apropriado de governar

a vida coletiva numa sociedade como a deles (LINZ e STEPAN, 1996, p. 6).

Infelizmente, o Brasil não atingiu esse patamar, pois “mesmo 20 anos de reinstalada a democracia no Brasil, a maioria dos brasileiros apoia o regime, mas desconfia das instituições democráticas” (MOISÉS, 2010, p.269). Este fato demonstra a necessidade de legitimidade por parte das instituições, como fator fundamental no funcionamento da vida política de qualquer regime. Principalmente na democracia, onde a tomada de decisões afeta diretamente a vida das pessoas.

Sobre o que os brasileiros pensam ser uma democracia, pesquisas de opinião e de atitudes políticas mostram a reação quando pessoas comuns são questionadas sobre os conceitos de democracia, em tal situação, não é incomum os entrevistadores obterem como primeira reação afirmações tais como *“eu não sei bem, preciso pensar mais...”* para depois ouvirem um comentário complementar como *“eu acho que é uma coisa importante...”* ou *“acho que precisamos dela...”*, recebendo respostas tópicas ou incompletas” (MOISÉS, 2010, p.275).

Toda essa incerteza faz com que a aceitação não necessariamente remeta à confiança e estabilidade do regime. Isso pode ser reflexo da falta de interesse na política, abordagens minimalistas do mundo político e/ou pelo pouco ou nenhum interesse dos governantes na construção de pensamento crítico-político por meio do sistema educacional (NEUMAN, 1986), destacando ainda que mesmo em países onde a democracia está consolidada, as pessoas possuem dificuldade ou nenhuma aptidão em conceituá-la.

Levando em consideração a cultura política dos brasileiros e a participação para com os assuntos políticos, ressaltados nos parágrafos anteriores, é possível observar que com os baixos níveis de participação política e de desconfiança nas instituições, apresenta-se uma expressão de hibridez na cultura política brasileira, uma vez que ela apresenta valores democráticos e há, simultaneamente, uma aceitação a respeito de práticas autoritárias, pois nota-se uma parcela da população que acha aceitável e legítima, por exemplo, a intervenção militar na política. Segundo González (2014) o Brasil vem a ser o país com o maior percentual de cidadãos que considera outras possibilidades de regime além da democracia. Com esse posicionamento da população, pode-se dizer que venha afetar a confiança institucional brasileira.

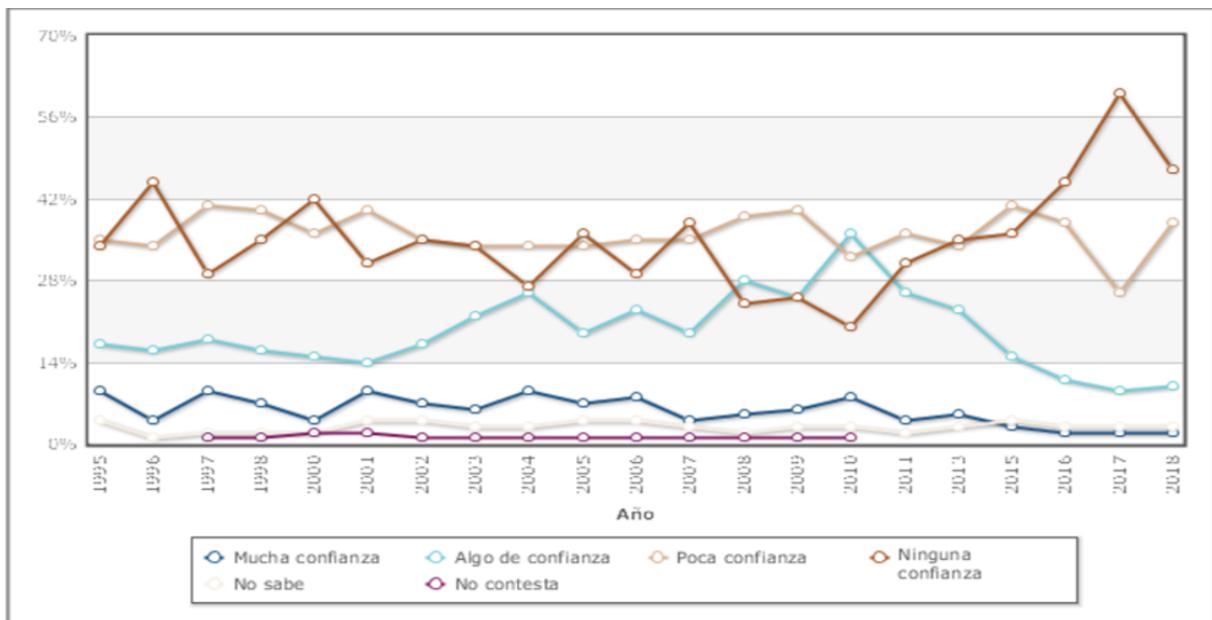
A próxima seção irá tratar da evolução da confiança nas instituições brasileiras entre os anos 1995 e 2018, através da análise de dados obtidos através do Latinobarômetro, a respeito da confiança nas instituições brasileiras no decorrer dos anos.

A CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E APOIO À DEMOCRACIA ENTRE OS ANOS 1995 E 2018

É possível observar o quanto é importante a confiança institucional para o bom funcionamento das instituições, pois as regras institucionais parte da referência dos cidadãos, assim as instituições deveriam retratar valores coletivos a que se propõem a realizar. Com isso, segundo Moisés (2005, p. 42) “a confiança nas instituições estaria ligada ao fato de os cidadãos compartilhem uma perspectiva comum relativa ao seu pertencimento à comunidade política, uma circunstância implícita na justificação normativa das instituições”. Através desta confiança, seria oferecido um bom funcionamento das instituições e seriam realizados os seus papéis para os quais foi estabelecida.

No caso do Brasil, em uma análise longitudinal, a confiança nunca obteve um nível contínuo em seus anos de democracia, chegando a ser um dos menores índices de confiança nas instituições por país na América Latina. Seguem abaixo os gráficos com dados a respeito da confiança institucional brasileira entre os anos 1995 e 2018, ressaltando as instituições congresso, igreja, governo e poder jurídico. O congresso vem a ser o nível mais elevado do poder legislativo do Brasil e divide com o executivo (governo) e o jurídico (tribunais) a tarefa de conduzir o país. Sua função é elaborar, debater, aperfeiçoar e aprovar as leis. Os primeiros dados a serem analisados, no gráfico I, dizem respeito à confiança das pessoas para com esta instituição tão importante para o regime democrático do país.

Gráfico I- Confiança no congresso (%)



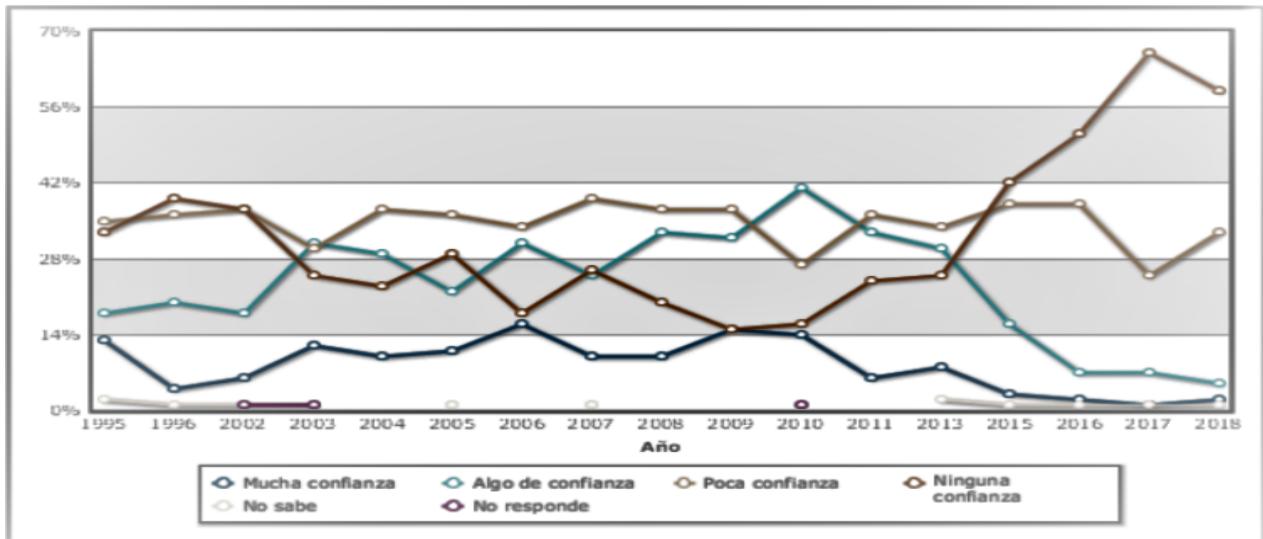
Fonte: Latinobarômetro

n 1995= 1200; 1996=1080; 1997=1001; 1998=1000; 1999=1000; 2000=1000; 2001=1000; 2002=1000; 2003=1200; 2004=1204; 2005=1204; 2006=1204; 2007=1204; 2008=1204; 2009=1204; 2010=1204; 2011=1204; 2012=1204; 2013=1204; 2015=1204; 2016=1204; 2017=1200; 2018=1204.

Através dos dados é possível observar como o nível de confiança no congresso não apresenta uma consistência no decorrer dos anos, chegando a ter baixos níveis de confiança nos anos iniciais. Entretanto, no ano de 2010 houve um aumento na categoria de alguma confiança, chegando a 38%. Porém nos anos seguintes e atuais, essa confiança vem apresentando uma queda constante. Com essa queda é possível observar como ocorreu um pico de nenhuma confiança de 58% em 2017, correspondendo à presença de uma alta desconfiança nesta instituição.

No que se refere à confiança no governo entre os anos de 1995 a 2018, o gráfico a seguir traz os seguintes dados:

Gráfico II- Confiança no governo



Fonte: Latinobarómetro

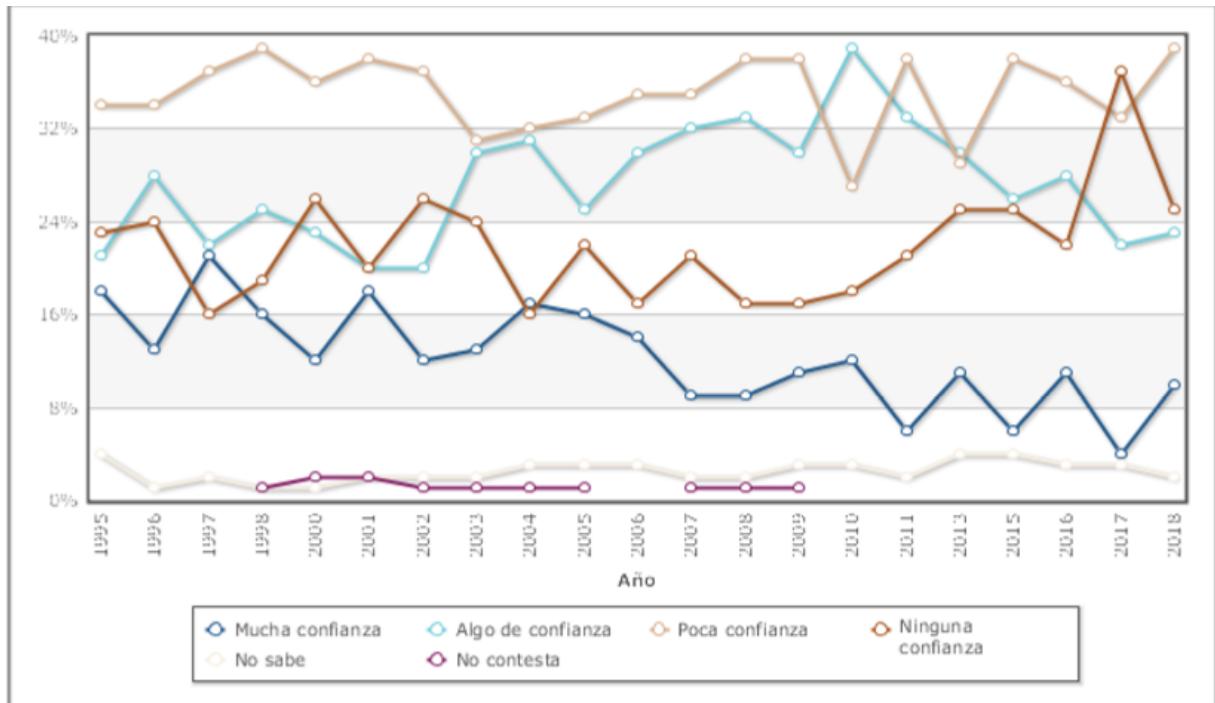
n 1995=1200; 1996=1080; 2002=1000; 2003=1200; 2004=1204; 2005=1204; 2006=1204; 2007=1204; 2008=1204; 2009=1204; 2010=1204; 2011=1204; 2012=1204; 2013= 1204; 2015=1250; 2016=1204; 2017=1200; 2018=1204.

Em análise, nota-se que entre os anos de 2015 a 2018, a porcentagem de pessoas que afirmaram nenhuma confiança no governo subiu vertiginosamente, chegando em 2017 a atingir quase 70% dos entrevistados. Apresentando uma leve queda em 2018, para uma taxa de quase 56%. Consequentemente, a porcentagem de pessoas que afirmaram muita confiança foi menor em 2017. Ainda temos de 2010 a 2018, uma drástica queda no número de pessoas que afirmam alguma confiança no governo.

Em linhas gerais, a análise da confiança dos cidadãos no governo, nos serve de exemplo na busca por elaborar possíveis panoramas da atual situação paradoxal no que se refere à democracia. Segundo Moisés, as democracias modernas atribuíram papel especial às instituições ao defini-las como o meio através do qual os cidadãos realizam as suas aspirações e os seus interesses, dando a elas função de mediadora, exigindo assim uma maior resposta concreta por parte da democracia. Se temos baixos níveis de confiança no governo, é possível que isso afete diretamente o apoio à democracia.

Já o poder judicial tem como função primária resguardar a Constituição e garantir o respeito integral aos direitos do homem. Sendo independente, é responsável por interpretar e julgar as demandas das demais legislações que compõem o sistema jurídico (KONDER, 2004). No que tange à confiança no poder judicial, temos o seguinte cenário:

Gráfico III- Confiança no poder judicial (%)



Fonte: Latinobarómetro

n 1995=1200; 1996=1080; 1997=1001; 1998=1000; 2000=1000; 2001=1000; 2002=1000; 2003=1200; 2004=1204; 2005=1204; 2006=1204; 2007=1204; 2008=1204; 2009=1204; 2010=1204; 2011=1204; 2013=1204; 2015=1250; 2016=1204; 2017=1200; 2018=1204.

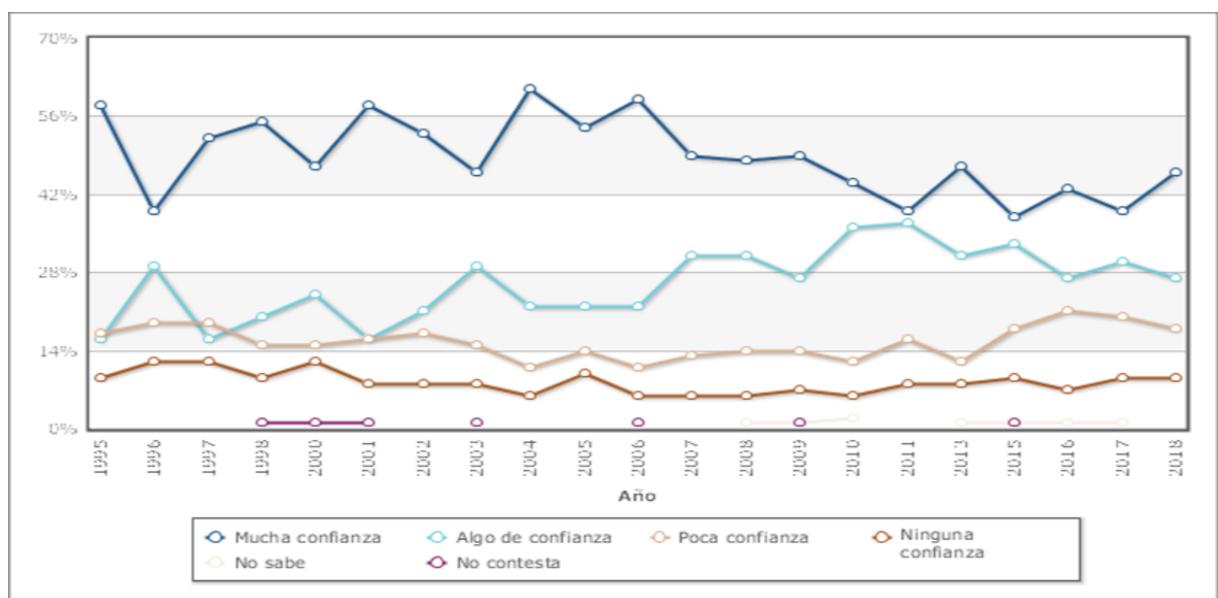
Considerando a confiança no poder judicial, temos desde o ano de 2001, uma queda constante no número de pessoas que apresentaram muita confiança no poder judicial, atingindo uma taxa de um pouco mais de 8% dos entrevistados em 2018. Dentre as pessoas que afirmaram nenhuma confiança, temos certa estabilidade de 24/25% entre 1995 a 2007. No entanto, no ano de 2017, temos a maior taxa de pessoas que afirmaram nenhuma confiança no poder judicial, com porcentagem de quase 40% dos entrevistados. Cenário que pode conter relação com a onda antidemocrática vivida, que potencializa o governante em detrimento as instituições que estão mais intimamente ligadas a democracia.

Ainda que considerando o potencial antidemocrático dessa desconfiança, é importante salientar que as ações do poder judiciário têm estado em xeque nos últimos anos a partir de uma excessiva autonomização desse poder. A esfera judiciária passou por mudanças importantes do ponto de vista da influência. Segundo Luiz Vianna Werneck, os juízes passaram a ter mais poder e a influenciar mais dimensões da vida social e política (WERNECK, 1999, p.272). Essa judicialização da vida social, faz com que alguns autores percebam que a participação direta dos juízes não se dá nesse momento só pela execução das

leis, como também por princípios e de alguma forma, isso garante mais autonomia ao poder judiciário (GARAPON 2001, p. 40-41).

Outra instituição importante a ser analisada é a igreja, mesmo não sendo uma instituição pertencente à ordem democrática, possibilita uma função segundo Azevedo (2004) de “agir, porém, de modo a influir na política e nas políticas, com base em sua mensagem religiosa e sociopolítica. Sendo assim esse papel resultante de todo um processo ideológico e histórico de construção de uma identidade específica da própria igreja no Brasil”. Seguindo analisando os dados a respeito da confiança institucional brasileira, o gráfico II apresenta os índices da confiança na igreja, com objetivo de analisar o nível de confiança na mesma:

Gráfico IV- Confiança na Igreja



Fonte: Latinobarômetro

n 1995=1200; 1996=1080; 1997=1001; 1998=1000; 1999=1000; 2000=1000; 2001=1000; 2002=1000; 2003=1200; 2004=1204; 2005= 1204; 2006= 1204; 2007=1204; 2008=1204; 2009= 1204; 2010=1204; 2011=1204; 2013=1204; 2015=1250; 2016=1204; 2017=1200; 2018=1204.

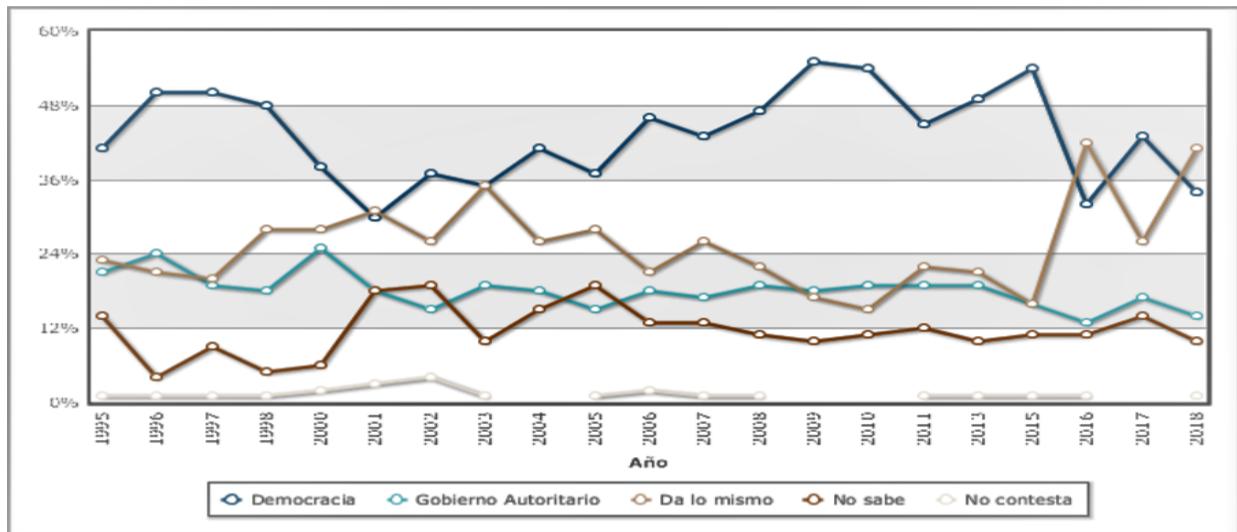
Sendo a igreja a instituição que apresenta o maior índice de confiança entre as instituições, observa-se uma consistência de confiança no decorrer dos anos, podendo concluir que, o nível de confiança dos brasileiros é maior a respeito à religião, com isso pode-se deduzir que a população apresenta mais credibilidade em confiar na igreja, fazendo com que apresente uma cultura política paroquial, assim apresentando um baixo ou nenhum

conhecimento com relação à política. A partir disso, pode-se observar que com os baixos níveis de conhecimentos da população a respeito à democracia, levam a uma terceirização da posição política, possibilitando que as esferas religiosas orientem as tomadas de decisões por parte dos cidadãos.

Após ressaltar dados referentes a confiança institucional, é relevante trazer uma relação aos níveis de aprovação do atual regime, pois é notória a importância de haver o apoio à democracia, uma vez que ele ajuda a garantir a legitimidade do regime, e também auxilia para o bom funcionamento da mesma, pois a democracia não funciona apenas pela existência das instituições e nem pelo direcionamento da população para as urnas nos períodos eleitorais, mas também pelo apoio da população com relação ao regime e através de predisposições e comportamentos políticos para com a democracia. Segundo Baquero (2016, p.498) “argumenta-se que a legitimidade da democracia depende de fatores políticos culturais”, assim ressaltando a importância da participação da população para com assuntos políticos, favorecendo a legitimidade do regime. Levando em consideração todos esses aspectos, é possível observar que houve uma deterioração precoce do sistema democrático brasileiro do ponto de vista da opinião pública, podendo-se dizer pela razão de haver um desempenho abaixo do esperado do regime, justamente pela falta de resposta eficiente para com as necessidades da população, acarretando baixos níveis de apoio.

Na busca de uma breve exemplificação, será exposto um gráfico que revela níveis de apoio dos brasileiros e a variação desta confiança entre os anos de 1995 e 2018. A pesquisa leva em consideração cinco pontos: A democracia é preferível a qualquer forma de governo; em algumas circunstâncias um governo autoritário é preferível; qualquer um dos dois; não sabe; não respondeu.

Gráfico V – Apoio à democracia (%)



Fonte: Latinobarômetro

n 1995=1200; 1996=1080; 1997=1001; 1998=1000; 2000=1000; 2001=1000; 2002=1000; 2003=1200; 2004=1204; 2005=1204; 2006=1204; 2007=1204; 2008=1204; 2009=1204; 2010=1204; 2011=1204; 2013=1204; 2015=1250; 2016=1204; 2017=1200; 2018=1204.

Observa-se no gráfico, que os anos de 2009 e 2015, apresentaram as maiores taxas de apoio na democracia, enquanto a taxa de pessoas que acreditam em que algumas situações são preferíveis um governo autoritário mantém uma certa constância desde o ano de 2002 a 2018. No entanto, o percentual que prefere tanto um quanto outro, cresceu vertiginosamente entre os anos de 2015 e 2018. Nota-se que mesmo que maior adesão à democracia, sua inconstância e no percentual de apoio é considerável. Há uma complexidade em relacionar tais pontos, mas é possível considerar que de alguma forma, isso abra espaço ao autoritarismo em detrimento a democracia.

Sintetizando o que foi apresentado até aqui, nesta seção, foi exposto uma relação entre a confiança nas instituições e o apoio à democracia. Foram apresentados gráficos que mostraram níveis de confiança no Congresso Nacional; Governo; Poder Judicial e Igreja, juntamente com a relação contraditória do apoio e a confiança na democracia. No que tange ao apoio ao regime, temos níveis de apoio que oscilam, mas que continuam configurando uma preferência dos brasileiros pela democracia. Quando verificamos as predisposições dos entrevistados em relação às instituições, porém, a desconfiança é predominante. Entretanto, cabe mencionar que na igreja, os níveis de confiança mantiveram-se altos. Mesmo que ela não apresente uma relação direta com o funcionamento formal da democracia, tal confiança pode influenciar no contexto político e nas posturas dos atores políticos diante dessa configuração social. A seção seguinte trará algumas considerações finais do exposto no geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo ressaltar a evolução da confiança nas instituições brasileiras e o apoio à democracia brasileira entre 1995 e 2018, buscando apontar aspectos relacionados à cultura política brasileira e qualidade democrática, apontando as características da cultura política dos brasileiros a respeito da participação nos assuntos políticos e suas predisposições estruturadas na população. Buscou-se analisar a confiança nas instituições brasileiras entre 1995 e 2018, apresentando dados sobre a confiança institucional brasileira. Por fim, buscou-se apresentar a análise dos respectivos dados com relação ao apoio da população brasileira para com a democracia.

Diante dos atinentes assuntos pode-se retirar as devidas conclusões. Primeiramente, ao citar as características e a importância da cultura política, pôde-se observar que as predisposições políticas culturais da população brasileira se encontram com certas dúvidas a respeito dos assuntos políticos e do apoio do regime, pois nota-se a presença de predisposições enraizadas desde o período autoritário, em que nota-se uma porcentagem da população que tende a optar por regimes autoritários ou mesmo à indiferença, fazendo com que possa haver uma diminuição na qualidade do regime.

Através das análises dos dados com relação à confiança nas instituições brasileiras, o estudo deixou claro como a confiança institucional nunca se encontrou em uma estabilidade em todos os anos do regime, tendo assim altos e baixos nos determinados períodos. Encontrou-se um contraponto nesta análise, sendo ela referente a igreja, pois apresenta maior confiança em relação às demais instituições examinadas. A partir disso, quando grande parte da população confia na igreja, logo, remete-se a uma cultura política paroquial, onde a população apresenta baixos níveis de entendimento para com assuntos políticos.

Com relação ao apoio da população brasileira para com a democracia, observou-se que há uma importância no suporte da mesma, pois vem a ser uma forma pela qual o regime pode ser legitimado e apresentar um bom funcionamento. Portanto, a legitimidade de um regime depende de aspectos políticos culturais, sendo assim a participação e apoio ao regime, cruciais para sua legitimidade e funcionamento. Através da análise dos dados, pôde-se observar que em grandes partes dos anos o apoio e preferência pela democracia apresentaram-se em altos e baixos, mas nos últimos anos há um crescimento na parcela da população que se apresenta indiferente, criando uma incerteza a respeito do regime.

Ao reunir todos esses aspectos, ficou claro que a cultura política brasileira se encontra com predisposições e costumes que ainda estão enraizados desde o período colonial,

favorecendo com que predomine em grande parte da população a preferência por regimes autoritários, ao invés do regime democrático, com isso podendo incidir na confiança das instituições, fazendo com que se apresentem altos níveis de desconfiança institucional. Isso pode afetar a legitimidade do regime, impactando na qualidade e desenvolvimento democrático no país. Conclui-se reafirmando a importância de se analisar a cultura política de um determinado país, pois acaba sendo uma porta para o entendimento do funcionamento de algumas das dinâmicas políticas verificadas nos diferentes contextos, tanto no âmbito das instituições como mesmo à margem delas. Nesse caso, a opinião pública e a cultura política desempenham papéis importantes no que concerne ao funcionamento da democracia e sua trajetória, uma vez que impactam sobre as ações dos atores políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, G.; VERBA, S. ***The civic culture: political attitudes and democracy in five nations***. Boston: Little, Borwn and Company (Inc.), 1965.

AZEVEDO, Dermi. **A igreja católica e seu papel político no Brasil**. ESTUDOS AVANÇADOS 18(52), 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a09v1852.pdf>. Acesso em 18 de nov. de 2020.

BAQUERO, Marcello. GONZÁLEZ, Rodrigo S. Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial. Uma análise pós-eleições de 2014. In _____. **Opinião pública**, Campinas, vol. 22, nº 3, dezembro, 2016. p. 492-523.

BAQUERO, Marcello. **Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial. Uma análise pós-eleições de 2014**. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/op/v22n3/1807-0191-op-22-3-0492.pdf>. Acesso em 9 de fevereiro de 2021.

DAHL, R. **Sobre a democracia**. Tradução de Sidou, B. Brasília, Universidade de Brasília, 2001, p. 49 – 50.

DAHL, Robert Allan. **Sobre a Democracia**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5505869/mod_resource/content/1/dahl%20caps%204%20e%205.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2020.

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 1973.

GARAPON, Antoine. **Juiz e a democracia: o guardião das promessas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

González, R. **“Qualidade da democracia, eleições presidenciais e apoio à democracia na América Latina”**. *Temas y Debates*, vol. 28.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.**Apoio a democracia recua no Brasil.** DATAFOLHA, 2020. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniao-publica/2020/01/1988569-apoio-a-democracia-recua-no-brasil.shtml>. Acesso em: 05 de janeiro de 2021.

LINZ, J. J. and A. Stepan, A. **Problems of Democratic Transition and Consolidation** (Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996).

MOISÉS, José Álvaro. **A desconfiança nas instituições democráticas.** Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/op/v11n1/23694.pdf>. Acesso no dia: 03 de fevereiro de 2021.

MOISÉS, José Álvaro. **O significado da democracia segundo os brasileiros.** Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/op/v16n2/a01v16n2.pdf>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

MOISÉS, José A. A desconfiança nas instituições democráticas. In _____. **Opinião pública**, Campinas, Vol. XI, nº 1, março, 2005, p. 33-63.

NEUMAN, W.R. **The Paradox of Mass Politics** (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1986).

SHIN, D.C., “**Popular Support for Democracy and Institutional Trust in Korea.** (2005).

Ribeiro, E. A. “**Cultura política, instituições e experiência democrática no Brasil**”. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 28, p. 205-219, 2007.

SOUZA, Bruno M. Cultura política e capital social: uma revisão teórica acerca de dois conceitos centrais nos estudos de comportamentos e atitudes políticas. In _____. **Conexão Política**, Teresina v. 5, n. 1, jan./jun. 2016, p. 9 – 21.

VIANNA, Luiz Werneck *et al.* **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 1999. 272 p.

DOI 10.36066/compes.v2i24.12726